

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU

CONCURSO PÚBLICO

PROVA PARA CARGO DE:

TÉCNICO EM CADASTRO IMOBILIÁRIO

* ATENÇÃO - CONFIRA SE ESTA PROVA CORRESPONDE AO CARGO QUE VOCÊ CONCORRE

* Neste Caderno de Questões, você encontra:

- 28 questões ESPECÍFICAS
- 12 questões de Português

* Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.

* Duração da prova: 3 horas. O Candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 01 hora, contada a partir do seu efetivo início.

* O candidato só terá o direito de levar o caderno de prova após 02:00 horas do início dos trabalhos, e deixará apenas o Cartão de Respostas.

* Caso o candidato opte em sair antes de 02:00 horas do início dos trabalhos; NÃO será permitido a anotação do gabarito seja qual for a forma.

* Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a resolução das questões; esta tarefa é obrigação do candidato.

* Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos.

* O candidato receberá do Fiscal de Sala, 01 (hum) Cartão de Respostas correspondente às questões objetivas.

* Assine o seu Cartão de Respostas (Gabarito). Assinale apenas uma opção em cada questão. Não deixe questão em branco, nem assinale mais de uma opção, para seu Cartão não ter questões anuladas.

* O seu Cartão de Respostas é pessoal e insubstituível. Portanto, CUIDADO, não rasure, dobre ou amasse seu Cartão de Respostas pois em hipótese alguma ele será substituído, salvo por erro do fiscal ou por falha de impressão. Confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assinale no local indicado.

* A assinatura no Cartão de Respostas é obrigatória.

* O Gabarito desta prova estará disponível no dia 28/04/2014, no site www.conpass.com.br.

* Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes da Cláusula XII do Edital do Concurso Público nº 001/2014 da PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU, Republicado por Incorreção em 06/02/2014.

* Após o término da prova, o candidato deverá deixar a sala e em hipótese alguma poderá permanecer no estabelecimento onde realizou a mesma.

BOA PROVA!!

DATA: 27 DE ABRIL DE 2014

CONPASS

Concursos Públicos
e Assessorias

PARTE I – TÉC. EM CADASTRO IMOBILIÁRIO

01 - Quando não houver transmissão de um sujeito para o outro ou quando a coisa nunca teve dono. É o caso da acessão natural ou a usucapião. Basta que o indivíduo, em dado momento, aposses-se da coisa como se fosse dono. Constitui que forma de aquisição:

- A) Derivada
- B) Extra constitutiva
- C) Constitutiva
- D) Originária
- E) Extraordinária

02 - As ilhas que se formarem em correntes comuns ou particulares pertencem aos proprietários ribeirinhos fronteiras, observadas as regras seguintes: exceto:

- A) as que se formarem no meio do rio consideram-se acréscimos sobrevindos aos terrenos ribeirinhos fronteiras de ambas as margens
- B) as que se formarem entre a referida linha e uma das margens consideram-se acréscimos aos terrenos ribeirinhos fronteiras desse mesmo lado;
- C) as que se formarem pelo desdobramento de um novo braço do rio continuam a pertencer aos proprietários dos terrenos à custa dos quais se constituíram.
- D) As novas terras serão divididas na proporção de suas testadas, até a linha que dividir o álveo em duas partes iguais
- E) as que se formarem entre a referida linha e uma das margens consideram-se acréscimos aos terrenos ribeirinhos fronteiras desse mesmo lado, de que devidamente indenizadas.

03 - Ocorre “quando a força súbita da corrente arranca uma parte considerável de um prédio, arrojando-a sobre outro”:

- A) Aluvião
- B) Usucapião
- C) Avulsão
- D) Ganho de terra
- E) Álveo

04 - “Somente se admite o registro de um título se a pessoa que nele aparece como alienante é a mesma que figura no registro como seu proprietário”, se refere a qual princípio imobiliário:

- A) Princípio da continuidade
- B) Princípio da legalidade
- C) Princípio da publicidade
- D) Princípio da propriedade
- E) Princípio da prioridade

05 - O Princípio da especialidade consagra:

- A) o título translativo deve corresponder exatamente ao descrito na matrícula – haverá quebra do princípio da especialidade caso isso não ocorra. Nesse caso, tem-se duas possibilidades: ou o registro está errado ou matrícula está errada
- B) decorrente do CC art. 1246. É a garantia assegurada ao apresentante do título à prioridade no registro, pela ordem cronológica de apresentação, da prenotação. Art. 186 e seguintes da LRP.

- C) orienta que todos os atos e fatos registrados tornam-se públicos, possibilitando a indicação, a quem interessar, do lugar correto em que encontram as informações sobre a situação de uma determinada propriedade imóvel.
- D) por ele, o registro vale tanto quanto o ato registrado e vice-versa.
- E) decorrente do CC, art. 1245. Por ele, registrar a propriedade é um direito do apresentante do título, portanto, para o registrador é um dever. Lembrando que esse dever é de qualificação, não obrigatoriamente de registro.

06 - São hipóteses de cancelamento da matrícula julgue V ou F.

- I. por decisão judicial;
- II. quando em virtude de alienação parciais (sic), o imóvel for inteiramente transferido a outros proprietários;
- III. pela fusão, nos termos do artigo seguinte.
 - A) I e III; são verdadeiras
 - B) I; II e III; são verdadeiras
 - C) II e III; são verdadeiras
 - D) I é verdadeira
 - E) I e II; são verdadeiras

07 - É Característica do sistema registral vigente:

- A) Sistema multifásico
- B) Sistema discricionário
- C) Sistema bifásico
- D) Sistema Extraordinário
- E) Sistema Ultrafásico

08 - Sobre normas de averbações julgue V ou F:

- I. O registrador tem prazo de 30 dias para realizar averbações ou registros solicitados (art. 188, LRP). Esse prazo poderá ser diminuído, mas nunca aumentado. Ressalte-se que não é permitido pagamento de urgência para agilizar a execução do serviço.
- II. Já o prazo para conferência de legalidade da documentação apresentada ao registrador para averbação é de 15 dias. Este serviço é para se verificar se a documentação está em ordem para registro.
- III. O pagamento dos emolumentos para a realização dos atos registrares, deverá ser feito previamente (art. 14 LRP).
 - A) I; II e III são verdadeiras
 - B) I e III; são verdadeiras
 - C) II e III; são verdadeiras
 - D) I é verdadeira
 - E) I e II; são verdadeiras

09 - É Requisitos da hipoteca imobiliária: Exceto:

- A) É ato voluntário.
- B) Exige escritura pública;
- C) Pode ser dada em garantia de dívida de terceiro; deve ser levada a registro;
- D) Não impede a alienação
- E) É gratuito

10 - São modalidades de usucapião, exceto:

- A) Extraordinária,
- B) Ordinária,
- C) Facultativa
- D) Constitucional legal rural,
- E) Constitucional legal urbana.

11 - “Os serviços devem estar disponíveis a todos” esta afirmação é referendada em qual princípio da administração pública:

- A) Transparência
- B) Continuidade
- C) Unidade
- D) Universalidade
- E) Singularidade

12 - Sobre administração pública julgue V ou F:

- I. Com fundamento no poder disciplinar, a administração pública, ao ter conhecimento de prática de falta por servidor público, pode escolher entre a instauração ou não de procedimento destinado a promover a correspondente apuração de infração.
- II. Considere que a constituição da república determina que as polícias civis sejam dirigidas por delegados de polícia de carreira. Essa determinação confere aos delegados poder hierárquico e poder disciplinar sobre os servidores da polícia civil que lhes são subordinados.
- III. O poder de polícia administrativo se confunde com a discricionariedade
 - A) F; F; F
 - B) V; V; V
 - C) F; V; F
 - D) F; F; V
 - E) V; F; V

13 - Sobre cargos públicos julgue v ou f.

- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado aos estrangeiros, na forma da lei
- II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração
- III. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período
 - A) V F; V
 - B) F; F; F
 - C) F; V; F
 - D) F; V; V
 - E) V; V; F

14 - Sobre remuneração dos cargos públicos julgue V ou F.

- I. Os vencimentos dos cargos do poder legislativo e do poder judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo poder executivo
- II. É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
- III. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores

- A) V; F F
- B) V F; V
- C) F; F; F
- D) F; V; F
- E) V; V; F

15 - Sobre a acumulação de cargos público julgue V ou F:

- I. É possível a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico
- II. É possível a acumulação de dois cargos de professor com dedicação exclusiva
- III. É possível a acumulação de qualquer cargo que autorizado por autoridade competente e com poderes específicos
 - A) V; F; V
 - B) F; F; F
 - C) F; V; F
 - D) V; V; F
 - E) V; F F

16 - Estabelece que o administrador público deve objetivar o interesse público, sendo, em consequência, inadmitido o tratamento privilegiado aos amigos e o tratamento recrudescido aos inimigos, não devendo Imperar na Administração Pública. Esta passagem se refere a qual princípio da administração pública?

- A) Eficiência
- B) Impessoalidade
- C) Isonomia
- D) Moralidade
- E) Publicidade

17 - O concurso público dos cargos efetivos é uma exigência constitucional, consagrado no princípio da

- A) Impessoalidade
- B) Eficiência
- C) Moralidade
- D) Publicidade
- E) Isonomia

18 - É uma determinada "liberdade", que o agente do Estado (Administrador) pode usar para agir em determinado procedimento, respeitando os limites que a lei impõe. Liberdade na escolha conforme critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, não ignorando os limites estabelecidos em lei, pois estes critérios não estão definidos em lei. Caracteriza o poder

- A) Disciplinar
- B) Normativo
- C) Discricionário
- D) De polícia
- E) Hierárquico

19 - As terras devolutas são de propriedade e controle:

- A) Apenas à União
- B) Apenas aos Estados
- C) Da União e aos Estados, conforme sua localização
- D) Apenas aos Municípios
- E) Da União, aos Estados e aos Municípios, conforme sua localização

20 - O desvio de poder caracterizado em um ato administrativo, por faltar-lhe o elemento relativo à finalidade de interesse público, violará o princípio básico da

- A) Impessoalidade
- B) Isonomia
- C) Eficiência
- D) Moralidade
- E) Publicidade

21 - Com relação aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- I. O servidor público pode atuar, em repartições públicas, como procurador ou intermediário de cônjuge, quando se tratar de benefício previdenciário.
- II. O exercício irregular das atribuições do cargo pode acarretar responsabilidade civil e administrativa do servidor público.
- III. A lei impõe expressamente os seguintes deveres ao servidor público: sigilo acerca de assuntos da repartição, conservação do patrimônio público e lealdade à instituição.
 - A) F; F; F
 - B) F; V; F
 - C) F; F; V
 - D) V; V; V
 - E) V; F; V

22 - Acerca dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- I. Em linha de princípio, o agente público carente de competência para a prática de um certo ato pode substituir o agente competente para tanto, desde que ambos pertençam ao mesmo órgão ao qual está afeto o conteúdo do ato a ser praticado.
- II. Em razão do princípio constitucional da legalidade, a administração pública pode, unilateralmente – isto é, sem ouvir o particular –, editar o ato administrativo II para revogar o ato administrativo I, que reconheceu ao administrado o preenchimento das condições para exercer um direito subjetivo, caso constate a ilicitude do ato I.
- III. Ao Judiciário somente é dado anular atos administrativos, não podendo revogá-los.
 - A) F; V; F
 - B) V; V; V
 - C) F; F; F
 - D) F; F; V
 - E) V; F; V

23 - Julgue os itens abaixo quanto aos atos administrativos.

- I. Caso exista norma jurídica válida, prevendo que o atraso no recolhimento de contribuição previdenciária enseja multa de 5% calculada sobre o valor devido, a aplicação desse dispositivo legal será definida como atividade discricionária.
- II. Segundo a lei e a doutrina majoritária, motivo, forma, finalidade, competência e objeto integram o ato administrativo.
- III. No direito brasileiro, atos administrativos válidos podem ser revogados.
 - A) F; V; F
 - B) V; V; V
 - C) F; F; F
 - D) V; F; V
 - E) F; V; V

24 - Julgue os itens abaixo, relativos à organização e aos privilégios da administração pública brasileira.

- I. As sociedades de economia mista somente podem ser criadas por meio de lei específica, apesar de tais entes serem sempre criados sob a forma de pessoa jurídica de direito privado.
- II. Fica sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório a sentença que julgar procedente o pedido deduzido em ação em que a fundação pública federal figure como ré.
- III. Uma empresa pública é constituída de capital exclusivamente público, embora esse capital possa pertencer a mais de um ente.
 - A) V; V; V
 - B) F; V; V
 - C) F; V; F
 - D) F; F; F
 - E) V; F; V

25 - As autarquias caracterizam-se

- I. Por serem entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- II. Pelo desempenho de atividades tipicamente estatais.
- III. Por beneficiarem-se dos mesmos prazos processuais aplicáveis à administração pública centralizada.
 - A) V; V; V
 - B) F; V; F
 - C) F; F; F
 - D) F; V; V
 - E) V; F; V

26 - Com base na teoria e na legislação que tratam da revogação e da invalidade dos atos administrativos, julgue os itens abaixo.

- I. Os atos administrativos vinculados podem ser revogados a partir de critério de oportunidade e de conveniência.
- II. A administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- III. O ato administrativo pode ser invalidado sempre que a matéria de fato ou de direito em que se fundamentar o ato for materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
 - A) V; V; V
 - B) F; V; V
 - C) F; V; F
 - D) F; F; F
 - E) V; F; V

27 - Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue os itens a seguir.

- I. Nas hipóteses de provimento de cargo público federal por readaptação ou reversão, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá as atividades como excedente, até a ocorrência de vaga.
- II. O servidor reintegrado exercerá as atividades como excedente, na hipótese de encontrar-se provido o cargo.
- III. A redistribuição é forma de provimento de cargo público, utilizada na hipótese de extinção de órgãos.
 - A) V; F; F
 - B) F; V; V
 - C) F; F; V
 - D) F; V; F
 - E) V; F; V

28 - O concurso público terá validade de até _____, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

- A) 1 ano
- B) 3 anos
- C) 4 anos
- D) 2 anos
- E) 5 anos

PARTE II - PORTUGUÊS

As questões de 29 a 35 referem-se ao texto seguinte:

Uma esperança

Aqui em casa pousou uma esperança. Não a clássica, que tantas vezes verifica-se ser ilusória, embora mesmo assim nos sustente sempre. Mas a outra, bem concreta e verde: o inseto.

Houve um grito abafado de um de meus filhos:

- Uma esperança! E na parede, bem em cima de sua cadeira! Emoção dele também, que unia em uma só as duas esperanças, já tem idade para isso. Antes surpresa minha: esperança é coisa secreta e costuma pousar diretamente em mim, sem ninguém saber, e não acima de minha cabeça numa parede. Pequeno rebuliço: mas era indubitável, lá estava ela, e mais magra e verde não poderia ser.

- Ela quase não tem corpo – queixei-me.

- Ela só tem alma – explicou meu filho e, como filhos são uma surpresa para nós, descobri com surpresa que ele falava das duas esperanças.

Ela caminhava devagar sobre os fiapos das longas pernas, por entre os quadros da parede. Três vezes tentou renitente uma saída entre dois quadros, três vezes teve que retroceder caminho. Custava a aprender.

- Ela é burrinha – comentou o menino.

- Sei disso – respondi um pouco trágica.

- Está agora procurando outro caminho, olhe, coitada, como ela hesita.

- Sei, é assim mesmo.

- Parece que esperança não tem olhos, mamãe, é guiada pelas antenas.

- Sei – continuei mais infeliz ainda.

Ali ficamos, não sei quanto tempo, olhando. Vigiando-a como se vigiava na Grécia ou em Roma o começo de fogo do lar para que não se apagasse.

- Ela se esqueceu de que pode voar, mamãe, e pensa que só pode andar devagar assim.

Andava mesmo devagar – estaria por acaso ferida? Ah não, senão de um modo ou de outro escorreria sangue, tem sido sempre assim comigo.

Foi então que, farejando o mundo que é comível, saiu de trás de um quadro uma aranha. Não uma aranha, mas me parecia “a” aranha. Andando pela sua teia invisível, parecia transladar-se maciamente no ar. Ela queria a esperança. Mas nós também queríamos e, oh! Deus, queríamos menos que comê-la. Meu filho foi buscar a vassoura. Eu disse fracamente, confusa, sem saber se chegara infelizmente a hora certa de perder a esperança:

- É que não se mata aranha, me disseram que traz sorte...

- Mas ela vai esmigalhar a esperança! – respondeu o menino com ferocidade.

- Preciso falar com a empregada para limpar atrás dos quadros – falei sentindo a frase deslocada e ouvindo o certo cansaço que havia na minha voz. Depois devaneei um pouco de como eu seria sucinta e misteriosa com a empregada: eu lhe

diria apenas: você faz o favor de facilitar o caminho da esperança.

O menino, morta a aranha, fez um trocadilho, com o inseto e a nossa esperança. Meu outro filho, que estava vendo televisão, ouviu e riu de prazer. Não havia dúvida: a esperança pousara em casa, alma e corpo.

Mas como é bonito o inseto: mais pousa que vive, é um esqueletinho verde e tem uma forma tão delicada que isso explica por que eu, que gosto de pegar nas coisas, nunca tentei pegá-la.

Uma vez, aliás, agora é que me lembro, uma esperança bem menor que esta, pousara no meu braço. Não senti nada, de tão leve que era, foi só visualmente que tomei consciência de sua presença. Encabulei com a delicadeza. Eu não mexia o braço e pensei: “e essa agora? Que devo fazer?”. Em verdade, nada fiz. Fiquei extremamente quieta como se uma flor tivesse nascido em mim. Depois não me lembro mais o que aconteceu. E, acho que não aconteceu nada.

Clarice Lispector. Uma esperança, In: Felicidade clandestina. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

29 - Analise as passagens do texto indicadas a seguir:

I. “[...] esperança é a coisa secreta e costuma pousar diretamente em mim, sem ninguém saber, e não acima de minha cabeça numa parede [...]”.

II. “Eu disse fracamente, confusa, sem saber se chegara infelizmente a hora certa de perder a esperança...”

Assinale a alternativa correta:

- A) Em I, esperança funciona como substantivo concreto.
- B) Em II, a narradora mostra-se indiferente a situação.
- C) Em I e II, percebe-se que a narradora se diverte com a situação.
- D) Em II, a esperança à qual a narradora se refere é o inseto.
- E) Em I, a esperança de que fala a narradora é o sentimento.

30 - Assinale a alternativa que apresenta a razão da surpresa da mãe em relação ao filho.

- A) O menino falava, ao mesmo tempo, do inseto e do sentimento.
- B) Embora criança, o filho percebeu que esperança não pousa em parede.
- C) O filho percebeu a esperança na parede, bem acima da cadeira da mãe.
- D) Como era criança, o menino não compreendia os sentidos da palavra esperança.
- E) O filho afirmou que esperança quase não tem corpo.

31 - Analise os trechos seguintes:

I. “Uma esperança! E na parede, bem em cima de sua cadeira!”

II. “[...] sem saber se chegara infelizmente a hora certa de perder a esperança [...]”.

III. “[...] você faz o favor de facilitar o caminho da esperança”.

Agora indique a alternativa correta.

- A) Em I, o menino se refere às duas esperanças.
- B) No trecho II, a palavra “esperança” só pode ser entendida como inseto.
- C) No trecho III, ao se dirigir à empregada o menino se referiu ao sentimento de esperança.
- D) Apenas no trecho I, o uso da palavra “esperança” não apresenta ambiguidade.
- E) Em nenhum desses trechos a palavra “esperança” apresenta duplo sentido.

32 - O discurso direto é usado pelo autor de uma narrativa para apresentar literalmente a fala ou o pensamento de personagens. Assinale a alternativa que não apresenta exemplo desse recurso.

- A) “Ela quase não tem corpo [...]”.
- B) “Ela é burrinha [...]”
- C) “Mas a outra, bem concreta e verde: o inseto.”
- D) “Sei, é assim mesmo”
- E) “Ela se esqueceu de que pode voar [...]”

33 - Assinale a alternativa que apresenta sinônimos que possam substituir adequadamente as palavras destacadas no trecho:

“Aqui em casa pousou uma esperança. Não a clássica, que tantas vezes verifica-se ser ilusória, embora mesmo assim nos sustente sempre.”

- A) simples, falsa, defenda.
- B) costumeira, enganosa, anime.
- C) exemplar, mágica, fortalece.
- D) sábia, passageira, mantenha.
- E) habitual, sonhadora, acorde.

34 - Releia o período a seguir:

“Não uma aranha, mas me parecia ‘a’ aranha”.

A troca do artigo indefinido pelo artigo definido instaura um efeito de sentido que:

- A) Não significa nada para o leitor.
- B) Chama a atenção do leitor para o tamanho exagerado da aranha.
- C) Determina a espécie à qual pertence a aranha.
- D) Deixa claro para o leitor que a aranha em questão não apresenta nada incomum.
- E) Leva o leitor a concluir que só havia uma aranha na casa da narradora.

35 - As palavras “burrinha” e “esqueletinho” estão flexionadas no grau diminutivo. No contexto em que ocorrem essas palavras, podemos dizer que essa flexão indica:

- A) Que a burrice e o esqueleto da aranha eram pequenos.
- B) Que o diminutivo foi usado sem objetivo.
- C) Um valor afetivo, que expressa carinho.
- D) Diminuição de um ser relativamente a seu tamanho natural.
- E) Diminutivo com valor pejorativo, que dá ideia de compaixão.

36 - Marque a alternativa cujo elemento destacado foi empregado de forma incorreta:

- A) A polícia Federal combate o tráfico de drogas.
- B) O comércio amanheceu de portas cerradas.
- C) O sapato velho foi restaurado com a aplicação de algumas tachas.
- D) O oftalmologista dilatou minha pupila.
- E) No Brasil, é vetada a discriminação racial, embora haja quem a pratique.

37 - A concordância verbal está correta em todas as alternativas, exceto em:

- A) Espero que vossa senhoria entenda os motivos que me levam a fazer esta reclamação.
- B) Cerca de dez mil pessoas estavam no Maracanã.
- C) 90% acham difícil escolher um prefeito para aquela cidade.
- D) “3/4 do planeta agradece”.
- E) Depois do assalto ao banco, a quadrilha fugiu em um carro roubado.

38 - Na frase “A confiança nos amigos é uma característica das pessoas sinceras”, o termo destacado tem a função sintática de:

- A) objeto direto
- B) objeto indireto
- C) agente da passiva
- D) aposto
- E) complemento nominal

A questão 39 refere-se a tira seguinte:



39 - É possível identificar no último quadrinho da tira:

- A) Uma oração subordinada adverbial condicional.
- B) Uma oração subordinada adverbial concessiva.
- C) Oração subordinada adjetiva explicativa.
- D) Oração subordinada substantiva subjetiva.
- E) Oração subordinada substantiva apositiva.

A questão 40 refere-se a tira seguinte:



40 - O vocábulo “belisco”, presente no último quadrinho da tira, faz parte do seguinte processo de formação de palavras:

- A) Derivação regressiva
- B) Derivação parassintética
- C) Derivação sufixal
- D) Composição por aglutinação
- E) Composição por justaposição